

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, PSICOLOGIA E PENSAMENTO DECOLONIAL¹

MAGDA DIMENSTEIN^I  

GABRIEL NASCIMENTO SILVA^I  

CANDIDA DANTAS^I  

JADER LEITE^I  

João PAULO MACEDO^{II}  

^I Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal, RN, Brasil.

^{II} Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Parnaíba, PI, Brasil.

RESUMO

Esse estudo objetivou fazer um levantamento da produção latino-americana em psicologia que toma por base o pensamento pós-colonial e decolonial. Interessa-nos discutir as contribuições desses estudos e mapear quais críticas fazem aos paradigmas centrais da psicologia enquanto campo de saber e práticas profissionais. Realizamos uma revisão integrativa da produção bibliográfica sobre psicologia articulada ao pensamento decolonial no Portal de Periódicos Capes e Redalyc. Após o crivo de inclusão-exclusão, 30 artigos foram analisados. Os resultados apontam para a crítica à ênfase nos modelos teóricos e práticos advindos dos países centrais do capitalismo, a inadequação de teorias eurocêntricas na América Latina e a invisibilização da produção nacional e/ou latino-americana. Contudo, ainda são escassos os estudos na área que interrogam o racismo epistêmico e os modos de produção do conhecimento que aprofundam as experiências de colonialidade ao invisibilizar grupos destoantes do padrão de normatividade moderna.

Palavras-chave: Psicologia; Pensamento decolonial; América Latina.

Correspondência:

Magda Dimenstein
magda.dimenstein@ufrn.br

Submetido em:

28/11/2019

Revisado em:

30/12/2019

Aceito em:

02/01/2020

Como citar:

Dimenstein, M., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. P. (2022). Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74, e011. <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19513>



KNOWLEDGE PRODUCTION, PSYCHOLOGY AND DECOLONIAL THINKING ABSTRACT

This study aimed to survey the Latin American production in Psychology that is based on postcolonial and decolonial thinking. We are interested in discussing the contributions of these studies and mapping out their criticisms of the central paradigms of Psychology as a field of knowledge and professional practices. We conducted an integrative review of the bibliographical production on Psychology articulated to decolonial thinking in the Capes and Redalyc Journal Portal. After the inclusion-exclusion screen, 30 articles were analyzed. The results point to the criticism of the emphasis on theoretical and practical models coming from the central countries of capitalism, the inadequacy of Eurocentric theories in Latin America, and the invisibility of national and/or Latin American production. However, there are still few studies in the area that question epistemic racism and the modes of knowledge production that deepen the experiences of coloniality, by making groups that do not fit the standard of modern normativity invisible.

Keywords: Psychology; Decolonial thinking; Latin America.

PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO, PSICOLOGÍA Y PENSAMIENTO DECOLONIAL RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo relevar la producción latinoamericana en Psicología que se basa en el pensamiento poscolonial y decolonial. Nos interesa discutir los aportes de estos estudios y mapear qué críticas hacen a los paradigmas centrales de la Psicología como campo de saberes y prácticas profesionales. Realizamos una revisión integradora de la producción bibliográfica sobre Psicología vinculada al pensamiento decolonial en el Portal de Periódicos Capes y Redalyc. Después del filtro de inclusión-exclusión, se analizaron 30 artículos. Los resultados apuntan a la crítica del énfasis en modelos teóricos y prácticos provenientes de los países centrales del capitalismo, la insuficiencia de las teorías eurocéntricas en América Latina y la invisibilidad de la producción nacional y/o latinoamericana. Sin embargo, aún existen pocos estudios en el área que cuestionen el racismo epistémico y los modos de producción de conocimiento que profundizan las experiencias de colonialidad al invisibilizar grupos que no se ajustan al patrón de la normatividad moderna.

Palabras clave: Psicología; Pensamiento decolonial; América Latina.

INTRODUÇÃO

A psicologia ocidental moderna e as ciências humanas em geral, com suas bases euro-americanas, têm sofrido, nos últimos anos, sérias críticas por parte das abordagens pós-coloniais e decoloniais. Segundo Alcântara (2018, p. 1), "ao partir de um novo olhar epistemológico, o decolonial não apenas reivindica posições pós-coloniais para os problemas que afligem o mundo contemporâneo, mas também, ao fazer isso, evidencia inseparavelmente sua implicação direta com a edificação violenta de um padrão de poder instaurado com o colonialismo moderno".

Na perspectiva decolonial, os pressupostos epistemológicos e ontológicos da modernidade capturam a experiência do outro e traduzem os saberes e modos de vida a partir de uma racionalidade colonial. A ciência, como forma de conhecimento produzida historicamente, foi e ainda é usada como uma ferramenta ideológica de manutenção do poder de uns sobre outros, com fins de dominação. Nesse sentido, vivenciamos os efeitos dos processos de colonização na forma como os povos latino-americanos são compreendidos e apreendidos pelo saber científico, em particular pela psicologia (Nogueira & Guzzo, 2016; Parra-Valencia & Galindo, 2019).

O desenvolvimento da psicologia na América Latina é marcado por uma perspectiva patriarcal, classista e eurocêntrica, pois, desde suas origens, na filosofia europeia do século XIX, esteve atrelada a uma maquinaria colonial que produziu certos modos de intervenção e cientificidade que desconsidera e invisibiliza a multiplicidade histórico-cultural latino-americana (Gonçalves, 2019). As experiências violentas de colonização, escravidão, de modernização tardia e a forte exploração dos seus recursos naturais e humanos que marcaram a região favoreceram a consolidação da psicologia por meio da importação de modelos teóricos e metodológicos produzidos nos países centrais do capitalismo e a aplicação indiscriminada nos países periféricos, o que produz efeitos de padronização até hoje (Lucena Filho & Silva, 2018). Concordamos com Menezes, Lins e Sampaio (2019, p. 2) que "o eurocentrismo, o racismo e o sexismo epistêmico compõem um campo de problemas importantes do mundo contemporâneo, pois tais posturas silenciam os saberes produzidos por outros corpos geopoliticamente localizados na periferia dos centros de referência ocidentalizados".

Desde os anos 1980, muitos pesquisadores vêm contribuindo com essa crítica, indicando não só o descompasso entre a realidade social, política e cultural dessa região e as ofertas de conhecimento e intervenção propostas pela psicologia, mas, especialmente, no que se refere aos

pressupostos basilares que dão sustentação a esse campo de saber, indo desde as visões de ser humano e de mundo (ontologia), ao conhecimento verdadeiro e como obtê-lo (epistemologia), e o que tem ou não valor (ética). A envergadura dessas críticas toca, no final das contas, no questionamento sobre a capacidade e a legitimidade ética e política de saberes forjados em matrizes coloniais, em operar em contextos muito diversos em termos de cosmologias, experiências de vida e dinâmicas dos grupos sociais. Neste caminho, Grosfoguel (2016) questiona como o trabalho nas universidades ocidentalizadas tem se voltado para a reprodução de teorias formuladas a partir de experiências e problemáticas de uma região particular e sua aplicação em outras realidades, a despeito de possuírem aspectos espaciais/temporais distintos. Assim, indaga-se, em que medida é possível enfrentar o não reconhecimento, das desigualdades e injustiças impostos pelo projeto colonial, em termos de saber, poder e ser.

Em função disso, o pensamento decolonial tem convocado os diversos campos de saber a revisitar suas bases ontológicas e epistemológicas a fim de acessar outras racionalidades que foram ignoradas e/ou silenciadas (Ballestrin, 2013). Tendo isso em vista, este estudo tem como objetivo apresentar as contribuições da produção latino-americana em psicologia e discutir as críticas que fazem aos paradigmas centrais da psicologia enquanto campo de saber e práticas profissionais. Para tanto, realizamos um levantamento da produção bibliográfica brasileira e latino-americana em psicologia que tomam por base as críticas pós-colonial e decolonial. Esperamos, com isso, contribuir com essas vozes decoloniais que emergem contra o universalismo da ciência e colaborar com um projeto de psicologia pautado na heterogeneidade e multiplicidade de visões de mundo, em uma ontologia política e histórica que preza pela afirmação da vida em sua diversidade de formas e práticas.

SITUANDO O DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS PÓS E DECOLONIAIS: A PSICOLOGIA EM FOCO

As perspectivas pós-coloniais e decoloniais aparecem no mundo acadêmico como marcos teóricos e políticos de reconhecimento e contestação das situações de dominação e opressão produzidas no contexto das colonizações e perpetuadas no cotidiano das instituições até os dias atuais. Tais perspectivas localizam historicamente a construção da subalternização da diferença a partir dos processos de colonização que instituem papéis

sociais, hierarquizam saberes e legitimam explorações (Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015).

A construção de uma narrativa dominante afirmou a Europa e seus intelectuais como sujeitos do conhecimento, tornando o resto do mundo seu outro subjugado (Spivak, 2010). Na ciência colonial, observa-se a violência epistêmica que tem papel ativo no apagamento de formas de ver e pensar grupos sociais marginalizados como negros, índios, camponeses, latino-americanos, mulheres, dentre outros. Ao mirar a América Latina, os teóricos questionam a centralidade ainda presente de autores europeus nas teorias pós-coloniais, uma vez que esses não consideram a historicidade local da América Latina, suas histórias de dominação e práticas de resistência, acabando por reproduzir a lógica eurocêntrica de produção de conhecimento e o privilégio enunciativo para o chamado "primeiro mundo" (Mignolo, 2017). Essa inflexão marca a ruptura com as teorias pós-coloniais e o aparecimento do pensamento decolonial (Maldonado-Torres, 2008; Ballestrin, 2013; Carbonieri, 2016). O movimento decolonial se propõe a lançar olhares sobre a colonização ibérica nas Américas, a partir do século XV, a qual promoveu o aniquilamento dos povos tradicionais e suas respectivas culturas e sua sujeição à racionalidade europeia (Carbonieri, 2016). A partir do empreendimento colonizador, institui-se um novo padrão de controle das relações sociais: a colonialidade do poder. Segundo o sociólogo peruano Anibal Quijano (2005), trata-se de um novo padrão de poder, um sistema hierárquico de controle da população global que, sob a hegemonia da Europa, exerce o domínio sobre o trabalho, a subjetividade, a cultura e a produção do conhecimento. A colonialidade do poder funda-se na leitura da raça como organizador que estrutura as hierarquias da população mundial que, a partir de supostas diferenças fenotípicas, ratifica o lugar natural de superioridade dos colonizadores (Quijano, 2005). A classificação racial da humanidade institui a branquitude como o ponto alto dessa hierarquização, sendo proclamada superior em seus aspectos morais, intelectuais, psicológicos e culturais, portanto, mais apta a dominar os outros. Essa ideologia cria identidades étnico-raciais, tais como índios e negros, institui e engendra esses sujeitos nas novas relações de trabalho e da produção de excedentes inerentes à lógica colonial (Gonçalves, 2016).

Derivado da noção de colonialidade do poder, Lander (2005) aponta a colonialidade do saber como sendo as relações de dominação que legitimou a criação de instituições eurocêntricas de controle do conhecimento, incidindo nos valores culturais e intelectuais e subordinando a epistemologia e cultura

dos povos colonizados àquelas do povo opressor (Carbonieri, 2016). Tal relação permite a legitimação de saberes científicos, verdades absolutas, e a invisibilização e o extermínio de outros, vistos como atrasados e sem estatuto de verdade (Gonçalves, 2016).

A colonialidade, amparada na ideia de raça, cria ainda distintos corpos e, conseqüentemente, diferentes formas de experienciar esses corpos. Nessa esteira, é proposto o conceito de colonialidade do ser para dar conta das construções histórico-culturais impostas na colonização que marcam os corpos colonizados. Conforme aponta Maldonado-Torres (2008, p. 96), o construto: "refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades". A colonialidade do ser se manifesta quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão. No bojo das relações coloniais, o estatuto de humanidade passava pelo crivo daqueles que exerciam o monopólio da verdade, seja através da instituição religiosa – que designava quem possuía alma e quem não –, seja nas narrativas racistas dos colonizadores quanto apontavam os povos "bárbaros" (Parra-Valencia & Galindo, 2019).

Contudo, observa-se que as construções da modernidade produziram, e ainda produzem, invisibilizações na América Latina, desde seus territórios até aos saberes e povos. A racionalidade moderna-colonial buscou instituir-se excluindo outras maneiras de ver e interpretar o mundo, de vivenciá-lo e explicá-lo. O *ethos* da colonização ecoa na atualidade, reverberando na forma como são apreendidas e compreendidas as populações periféricas. Assim, os corpos, os saberes e as subjetividades são atravessados e produzidos por meio da subalternização da diferença.

A psicologia reproduz esse ideário colonial ao estabelecer o homem europeu como referência em suas teorias e práticas e ao funcionar como "*una máquina de captura que traduce saberes y modos de vivir desde una matriz colonial*" (Parra-Valencia & Galindo, 2019, p. 195). Perante a diferença e a particularidade da América Latina, no que ela tem de histórico e local, observa-se que a ciência psicológica ainda tem dificuldade para se aproximar dos povos e saberes subalternizados. Assim, as populações negras, indígenas, campesinas continuam à margem da representação e da produção de conhecimento, tendo seus modos de existência apagados, sendo receptáculo de teorizações e práticas que buscam explicar formas diversas de civilização a partir de suas lentes.

Frente às problemáticas enfrentadas pelos países do Sul Global decorrentes do histórico de colonização e do atual neoliberalismo que revivifica a lógica colonial, a psicologia é convocada a repensar o eurocentrismo epistêmico que mascara seu modo de produção de conhecimento, bem como suas práticas profissionais. Isto implica reconhecer as bases ideológicas de seus saberes que, por muitas vezes, atualizam a hierarquização de experiências e saberes entre o Norte e o Sul Global. Nessa esteira, a abordagem decolonial tem proposto uma série de questões de ordem política, epistêmica e teórica-metodológica, as quais podem interpelar a psicologia em busca de novos paradigmas de análise/intervenção a partir do reconhecimento da colonialidade do poder/saber/ser presente no cotidiano dos povos latino-americanos e se proponham a romper com o ciclo de inferiorização epistêmica e de naturalização das desigualdades produzidas pelo discurso científico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como opção metodológica, utilizamos neste trabalho a revisão integrativa de literatura com o interesse de mapear o estado do conhecimento de uma temática por meio da sistematização dos principais resultados discutidos, da identificação de possíveis lacunas, com vistas a favorecer um aprofundamento sobre a problemática investigada, bem como apontar novas perspectivas (Souza, Silva & Carvalho, 2010). Esta metodologia de cunho bibliográfico permite pôr em destaque as tendências teórico-metodológicas, as categorias analíticas utilizadas e os principais aspectos explorados. Ao dar visibilidade às produções, abre-se também a possibilidade de interrogar as ausências e construir novos caminhos e saberes.

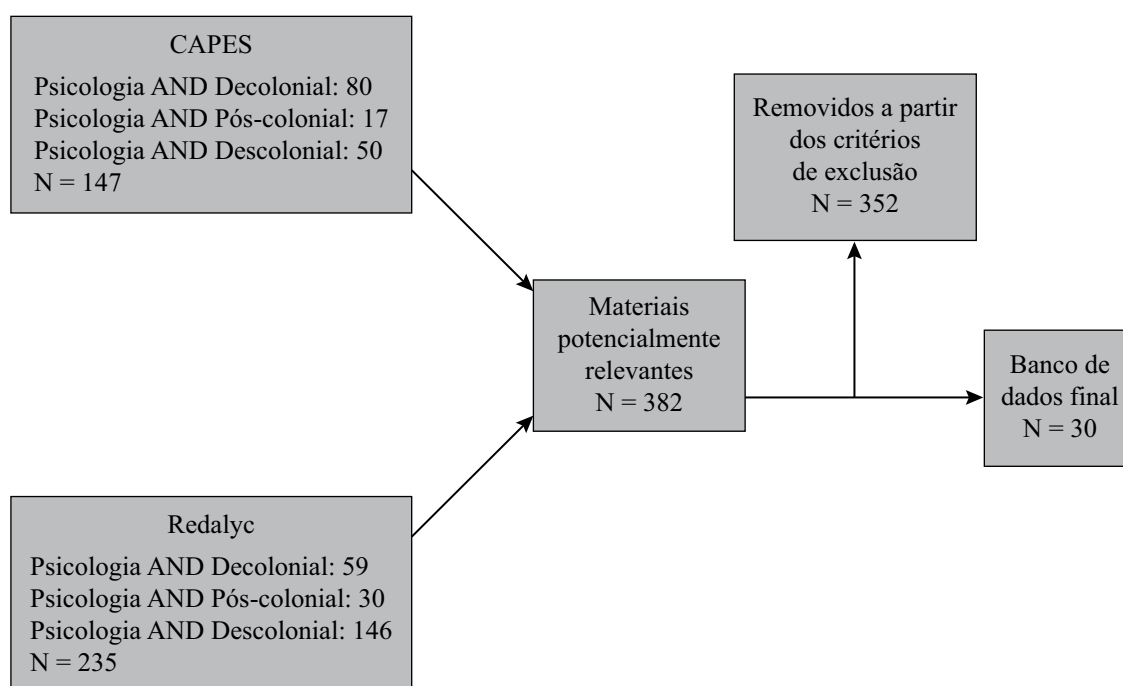
Na etapa de busca exploratória foram levantados artigos científicos nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal – Redalyc. A busca ocorreu durante o período de março a maio de 2019. Utilizamos como descritores de busca "Psicologia" associada como "Decolonial", "Pós-colonial" e "Descolonial". Os critérios de inclusão definidos para seleção dos trabalhos foram: artigos com resumo e texto completo em português ou espanhol, produzido por autoras/es com formação em psicologia, disponíveis *on-line* e de forma gratuita nas bases de dados e publicados em periódicos de diferentes áreas do conhecimento, de diversos países, nos últimos 10 anos (entre 2008 e 2018). Foram excluídos outros tipos de trabalhos, tais como: teses, dissertações,

monografias, livros, entrevistas e resenhas. Removemos, também, artigos que não apresentam discussão sobre as perspectivas pós e decoloniais. Excluimos, ainda, os trabalhos que se repetiram nas bases. Para o tratamento dos dados utilizamos como base uma matriz para análise bibliográfica, visando extrair e organizar os dados oriundos dos artigos. Na matriz destacamos os principais conceitos manejados nos artigos, as conclusões apresentadas e as críticas aos paradigmas centrais da psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ACHADOS

A partir do crivo inclusão-exclusão, selecionamos 30 artigos para análise. O processo de seleção está descrito na Figura.



Fonte: Elaborada pelos autores

Figura. Processo de seleção do banco de dados

Para uma melhor visualização dos dados referente ao *corpus* investigado, elaboramos uma tabela (Tabela) contendo algumas informações, a saber: autoria, ano de publicação, país de origem dos/as autores/as, periódico e tipo de estudo (teórico/empírico).

Tabela. Dados referentes ao corpus selecionado

Autoria	Ano	País do/a autor/a	Periódico (País)	Tipo de estudo
Botero	2011	Colômbia	Nômadias (Colômbia)	Empírico
Alvaran & Gomez	2012	Colômbia	Eleuthera (Colômbia)	Empírico
Núñez & Conti	2012	Argentina	Desafios (Colômbia)	Empírico
Lages	2013	Brasil	Psicologia para América Latina (Brasil)	Empírico
Carrasco	2013	Chile	Sociedad Hoy (Chile)	Empírico
Silva	2013	Brasil	Psicologia: Ciência e Profissão (Brasil)	Teórico
Mancilla & Opazo	2014	Equador	Sophia: colección de filosofía de la educación (Equador)	Teórico
Mayorga	2014	Brasil	Athenea digital (Espanha)	Teórico
Alves & Delmondez	2015	Brasil	Psicologia Política (Brasil)	Teórico
Orellano & González	2015	Argentina	Perspectivas en Psicología (Argentina)	Teórico
Gómez	2015	Colômbia	Prospectiva (Colômbia)	Empírico
Bortolozzi	2015	Brasil	Quaderns de Psicologia (Espanha)	Teórico
Valdernegro	2015	Chile	Universitas Psychologica (Colômbia)	Teórico (Revisão)
Veloza, Torres, & Flórez	2015	Colômbia	Nômadias (Colômbia)	Empírico
Caro & Varas	2015	Chile	Polis (Chile)	Empírico
Montenegro, Pujol, & Vargas-Monroy	2015	Colômbia	Universitas Psychologica (Colômbia)	Teórico
Schmidt	2015	Brasil	Psicologia USP (Brasil)	Teórico
Menezes & Silveira	2016	Brasil	Educação (Brasil)	Empírico
Gamboia	2016	Colômbia	Antípoda (Colômbia)	Empírico
Costa & Scarcelli	2016	Brasil	Psicologia USP (Brasil)	Empírico
Martínez	2017	Colômbia	Estudios em Psicologia (Brasil)	Teórico
Pérez, Valderrama, & Alvarez	2017	Chile	Psicoperspectivas (Chile)	Empírico
Mountian	2017	Brasil	Psicologia Política (Brasil)	Teórico
Victoria-Morales, Hernandez, Wolf, Acevedo-Velasco, & González-Victoria	2017	Colômbia e Argentina	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Colômbia)	Empírico

Continua

Continuação				
Tovar-Hernán & Guerrero	2017	Colômbia	Nómadas (Colômbia)	Empírico
Pavón-Cuéllar	2018	México	Teoría y Critica de la Psicología (México)	Teórico
Revollo	2018	Colômbia	Eleuthera (Colômbia)	Empírico
Lavor Filho, et al.	2018	Brasil	Psicologia: Ciência e Profissão (Brasil)	Empírico
Benício, et al.	2018	Brasil	Psicologia: Ciência e Profissão (Brasil)	Empírico
Pereira & Santos	2018	Brasil	Psicologia & Sociedade (Brasil)	Empírico

Fonte: Elaborada pelos autores (ANO)

Nota-se que a data de publicação dos artigos é bem recente e que a discussão começa a ganhar força a partir de 2015, possivelmente devido a uma maior abertura às perspectivas decoloniais no âmbito das pós-graduações, bem como do encontro com grupos outrora invisibilizados pela psicologia. Essas produções são desenvolvidas majoritariamente por autoras/es do Brasil e da Colômbia e são publicadas, de modo análogo, em sua maioria, em periódicos brasileiros e colombianos. A autoria desses artigos é marcadamente feminina, correspondendo a 80% do *corpus* investigado, sendo escritos individualmente ou em coautoria com outros autores. Com relação ao tipo de estudo, observa-se que 40% são artigos teóricos, sendo um destes de revisão bibliográfica e 60% advindos de pesquisas empíricas.

Outro aspecto destacado é o delineamento teórico-metodológico das produções. As discussões se estruturam a partir de quatro principais eixos teórico-filosóficos: 1) Ontologias relacionais, incluindo as perspectivas decoloniais, pós-coloniais, anticoloniais e subalternas, tendo Quijano, Mignolo, Walsh, Mbembe e Bhabha como autores recorrentes; 2) Perspectivas críticas em psicologia social, que engloba a psicologia comunitária, psicologia da libertação, psicologia política e psicologia histórico-cultural, trazendo discussões ancoradas em autores como Martín-Baró, Silvia Lane, Maritza Monteiro, González Rey e Frantz Fanon; 3) Estudos de gênero e epistemologias feministas, com destaque para as autoras María Lugones, Creanshaw e Donna Haraway; e, 4) Pós-estruturalismo, tendo Foucault como principal teórico referenciado. Observa-se, ainda, debates pontuais ancorados nas perspectivas psicanalítica e psicossociológica, na filosofia política de Hannah Arendt, nos estudos étnicos e antropológicos, e na filosofia ameríndia.

Do ponto de vista metodológico, as abordagens qualitativas figuram em quase todos os trabalhos, com exceção de um que apresenta uma análise interseccional quantitativa. O tipo de estudo mais recorrente foi o ensaio teórico (33%; dez), oferecendo articulações e problematizações de construtos teóricos e práticas profissionais. Dentre os estudos empíricos, os métodos mais utilizados foram as entrevistas (13%; quatro), produções narrativas, etnografia e análise de conteúdo (10%; três, cada).

Ao destacar os estudos brasileiros, notamos que esses trabalhos estão embasados, sobretudo, nas teorias pós-coloniais, em autores como Bhabha (Schmidt, 2015), Mbembe (Benício et al., 2018; Lavor Filho et al., 2018), Spivak e Said, articuladas com os estudos decoloniais (Alves & Delmondez, 2015), estudos feministas e foucaultianos (Mayorga, 2014; Mountian, 2017), psicossociologia (Lages, 2013), dentre outros. Apesar do esforço dos teóricos e teóricas decoloniais em sinalizar as divergências e os silêncios das bases epistemológicas adotadas pelas teorias pós-coloniais, o que prevalece no Brasil são essas correntes teóricas. Todavia, concordamos com Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), quando dizem que é necessário avançar na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos, não com o intuito de negar tudo que vem de fora ou de recuperar um saber original perdido, mas de possibilitar a construção e visualização de saberes que foram e são subalternizados pelo projeto moderno.

Detendo-se nos delineamentos das pesquisas empíricas, observamos que esses estudos direcionam a atenção para determinados grupos sociais e populações que foram/são negligenciadas nas discussões acadêmicas na psicologia, no sentido de desfazer estereótipos colonizadores. Tem-se como foco as comunidades tradicionais e/ou indígenas, as populações rurais, negros/as, pobres e periféricos/as, pessoas em situação de diáspora e a questão das identidades. O encontro com esses grupos causa tensão nas abordagens tradicionais da psicologia, uma vez que, ao se depararem com os diferentes modos de subjetivação e ordenadores simbólicos, esbarram no esquecimento, estratégico e político dessas populações por parte das teorias hegemônicas e eurocêntricas, recorrendo assim às abordagens pós-coloniais e decoloniais como forma de dar visibilidade a essas realidades.

TENSÕES E CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DECOLONIAIS À PSICOLOGIA

Esse tópico objetiva destacar as principais críticas formuladas pelas autoras(es) em relação à psicologia. "A quem serve a psicologia? Qual o seu

papel na transformação da realidade? As práticas e teorias psicológicas estão alinhadas com as demandas da população?”, essas são importantes questões apontadas por Silva (2013, p. 34) que nos fazem repensar o comprometimento da psicologia para a manutenção de um *status quo* moderno que atualiza as experiências de colonialidade do poder, do saber e do ser. Mancilla e Opazo (2014) comentam que nos debates atuais sobre teorias e práticas da psicologia pouco se examinam os fundamentos epistemológicos e ontológicos dessas produções. Isso resulta na produção de conhecimentos sobre sujeitos apolíticos, descontextualizados, isolados, universais, e alheios aos problemas concretos das sociedades a qual pertencem.

Essas teorias com pretensões universalistas e deterministas ocultam as condições históricas e situadas de sua construção, bem como as questões materiais nas ex-colônias europeias. Essas produções forjam efeitos de verdade sobre outros territórios por meio da junção saber-poder dos discursos institucionais nos modos de subjetivação (Mancilla e Opazo, 2014). A epistemologia eurocêntrica hierarquiza o universo cultural próprio dos povos latino-americanos submetidos à colonialidade do poder. Toda a diversidade de experiências, valores e conhecimentos das populações negras e indígenas é tida como inferior, sem estatuto de verdade, não científico. Essa negação da memória coletiva evidencia a própria recusa do estatuto de humanidade dessas populações (Gonçalves, 2016).

Através do levantamento, é possível destacar dois apontamentos sobre a psicologia e a realidade latino-americana que têm causado tensões: o total esquecimento de suas particularidades e produções, e a estranheza com os seus modos de ser e viver (Alvaran & Gomez, 2012; Mancilla & Opazo, 2014; Gómez, 2015; Gamboa, 2016; Menezes & Silveira, 2016; Martínez, 2017). O que vem sendo produzido no eixo euro-americano é aceito como completo e acabado, passível de ser replicado, ao passo que pouco se conhece do que está sendo feito por autores locais, bem como o conhecimento produzido nos continentes africano e asiático. O estranhamento das racionalidades periféricas faz com que se repense as heranças culturais das metrópoles ainda presentes na psicologia. A escassez de estudos sobre raça, etnia e colonialismo cultural conduz a um enquadramento seletivo de opressão e subalternidade a certos grupos sociais, uma vez que a racionalidade da ciência psicológica (re)produz essa não representação de certos sujeitos (Alves & Delmondez, 2015). Sendo assim, a ciência aparece como um dispositivo de homogeneização da vida social.

Ao (re)produzir essas invisibilizações com seus paradigmas, esse modo hegemônico de pensar e fazer psicologia tem implicações diretas nas práticas profissionais. Mountian (2017), ao tratar dos problemas epistemológicos e metodológicos na ciência, examina a violência epistemológica provocada pela psicologia ao excluir ou inferiorizar certos grupos sociais. Como exemplo, cita os testes psicométricos que ao não considerar o contexto social da realidade investigada acaba por reproduzir certos estereótipos raciais e étnicos. Nessa esteira, Gómez (2015) aponta que as premissas eurocêntricas universalizantes que demarcam os parâmetros do normal e do patológico reproduzem as hierarquizações entre superior/inferior, competente/incompetente, apto/não apto, gerando violentos efeitos de patologização e marginalização.

Martínez (2017) comenta sobre a utilização da psicologia como ferramenta de subordinação tecno-científica no âmbito do trabalho nas regiões do Sul Global. No campo da psicologia do trabalho, a figura do trabalhador livre que emergiu dentro da economia política foi tomada como objeto de reflexão e intervenção. Os sujeitos que escapam a essa lógica de organização do trabalho são tomados como retrógrados, subdesenvolvidos, atrasados, tradicionais, ou seja, são indivíduos que devem ser intervindos para qualificar seu bem-estar e restabelecer sua humanidade.

Por sua vez, Gamboa (2016), ao examinar a execução de uma política pública colombiana construída sob as racionalidades generalizantes, mostra a dificuldade das populações indígenas, rurais e/ou pouco escolarizadas em acessar os serviços do Estado e, quando o fazem, os profissionais não estão preparados para lidar com a diferença, gerando uma nova forma de exclusão. O estudo permite ver os efeitos nefastos que um saber científico naturalizado aliado a uma prática profissional descontextualizada do seu público-alvo podem produzir.

Ao pensar na formação dos psicólogos na América Latina, Orellano e González (2015) afirmam que ainda é presente os binarismos da época moderna, tais como inato-adquirido, mente-cérebro, razão-emoção, resultando na fragmentação do indivíduo e da realidade que o rodeia. Os autores ainda examinam o currículo de um curso de psicologia na Argentina e mostram a escassa presença das produções decoloniais, e que a literatura latino-americana está praticamente ausente da formação profissional. Não seria um exagero dizer que esse mesmo cenário marca o processo formativo em psicologia no Brasil.

Ao situar essa discussão no contexto brasileiro, Silva (2013), com base em uma crítica já consolidada entre nós, aponta que a psicologia

pouco contribuiu para a melhoria das condições de vida da população. Na contramão disso, seus saberes foram utilizados como instrumentos político-ideológicos para a manutenção da ordem moderna-colonial. A psicologia contribuiu para justificar e embasar intervenções na sociedade em vários momentos históricos. Desde o período colonial, quando as ideias psicológicas foram apropriadas pela igreja e pela elite portuguesa para o controle político das mulheres, crianças e indígenas, até o momento dos processos de industrialização e urbanização, em que os princípios positivistas e tecnicistas ratificaram as diferenças entre os sujeitos, atualizando a colonialidade do ser de que trata Maldonado-Torres (2008).

Todavia, desde os anos 1980, ocorre na psicologia latino-americana um movimento de crítica às suas matrizes hegemônicas, descontextualizadas das particularidades históricas, sociais e subjetivas dos territórios latino-americanos. Isto permitiu o surgimento de uma psicologia social crítica (da libertação) que diz da necessidade de uma práxis situada historicamente e comprometida com a realidade social local. Essa perspectiva teórico-metodológica tem como principais expoentes Martín-Baró, Maritza Monteiro, González Rey, Silvia Lane, Miguel Salazar, dentre outros, além do diálogo com autores de outros campos do saber como Paulo Freire e a educação popular e a investigação-ação participativa de Fals Borda (Alvaran & Gomez, 2012; Mayorga, 2014; Caro & Varas, 2015; Orellano & González, 2015; Valdenegro, 2015; Montenegro, Pujol & Vargas-Monroy, 2015).

A psicologia social crítica latino-americana aponta para a "relação de dependência servil, colonial e imperialista que a ciência psicológica norte-americana estava produzindo interpretando as desigualdades como anormalidade, doença, psicopatologia" (Mayorga, 2014, p. 223). Em contrapartida, a virada epistemológica contribuiu com o desenvolvimento de perspectivas desnaturalizadoras dos processos sociais, históricos e culturais ao refletir sobre as dimensões conceituais, ético-políticas e disciplinares da práxis psicológica (Valdenegro, 2015).

Emerge, dessa forma, a tentativa de constituição de outra ciência que busca superar o dualismo moderno (mente/matéria, natural/artificial, observador/observado, natureza/cultura, sujeito/objeto) e reconhecer a diversidade epistemológica do mundo, que é histórica e geopoliticamente situada, e que se expressa em variadas concepções de ser e estar no mundo. As provocações do pensamento decolonial têm produzido vários deslocamentos e problematizações frente às formas dominantes de visualizar

a modernidade desde a perspectiva europeia, uma vez que sua episteme traz em seu bojo o apagamento da ontologia das populações colonizadas e escravizadas na América e na África. Nesse meio, volta-se atenção à diversidade cultural, tornando visível e dando espaço de representação a grupos sociais antes invisíveis e silenciados por “um complexo aparato epistemológico e metodológico que designou a si mesmo a propriedade de falar, explicar e representar esses contingentes” (Lages, 2013, p. 84). Esse movimento faz aparecer grupos sociais que foram e continuam sendo excluídos de pesquisas e da produção do conhecimento científico, tais como negros, indígenas, população rural, dentre outros, bem como permite desenhar as estratégias de resistência contra a violência colonial, a homogeneização dos sujeitos e as situações de dominação.

Na última década, as perspectivas decoloniais na psicologia ganharam força por meio da psicologia social crítica e da psicologia comunitária, como também, associadas aos estudos de gênero. Os estudos feministas e de gênero apresentam as abordagens interseccionais para o estudo de gênero e das sexualidades articulados a outros eixos de diferenciação ou sistemas de opressão, os quais são histórica e socialmente determinadas. Esses trabalhos trazem reflexões para a pesquisa nos campos epistemológicos e metodológicos da ciência psicológica visando desconstruir o sistema de conhecimento masculino e colonial que controla a maneira com que as mulheres são vistas e representadas (Mayorga, 2014; Pérez, Valderrama & Alvarez, 2017; Mountian, 2017; Revollo, 2018). Contudo, segundo Pavón-Cuéllar (2018), temos que transformar o mundo para transformarmos a nós mesmos. Nesse sentido, a libertação das heranças coloniais do pensamento psicológico dificilmente dependerá somente das ciências psi, uma vez que elas estão implicadas na produção do colonialismo. Assim, esse impasse só pode ser repensado no nível em que se origina, no mundo real, material, corporal e histórico, onde são produzidas as subjetividades.

Os resultados desta investigação indicam que a aproximação da psicologia com o pensamento decolonial, mesmo de forma tímida, está em processo. Porém, também fica evidente que o trabalho de “desobediência epistêmica” proposto por Mignolo, voltado à negação da subjetividade padrão, à ruptura com os “pensamentos gravados nas mentes e corpos por gerações da América Latina” e à proposição de “campos de abertura e entendimento” (Neto, 2016, p.51), tal como propõe o pensamento decolonial, registra diferentes graus de enfrentamento no âmbito da psicologia, de tal forma que observamos a composição com autores e modelos considerados pós-

coloniais, que "não conseguiram capturar em sua denúncia o eurocentrismo e o colonialismo como duas faces da mesma moeda" (Ballestrin, 2013, p.103), tampouco outras tantas questões que estão fervilhando e ainda não abordadas na atualidade pela crítica decolonial, tal como aponta a autora no final do texto. Um dos aspectos que ela chama atenção é a falta de discussão sobre a realidade do Brasil e para os "processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente" (p. 113).

Na psicologia, a desmontagem dessas engrenagens tão profundamente arraigadas e reproduzidas cotidianamente que marcam os processos de colonialidade do poder, do saber e do ser não é um empreendimento simples. Isso representa a reconfiguração do "sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal" (Grosfoguel, 2008, p. 113), tão caro ao nosso campo psicológico. Portanto, trata-se de um movimento de (de)com-posição feita a partir do encontro com a heterogeneidade de corpos, das marcas que imprimem diferentes tonalidades aos processos de subjetivação e de apreensão do mundo, as quais ressoam na produção de conhecimentos situados, com localização epistêmica étnica, racial, sexual, de gênero e geopolítica. Não é por acaso que tais pesquisadores buscam articulação com autores aliados às teorias críticas latino-americanas e aqueles cuja potencialidade está em desocultar as condições de produção e manutenção da lógica da colonialidade da vida que sustenta o sexismo e o racismo.

É nesse sentido que autores como Castro e Mayorga (2019) destacam a potencialidade das narrativas como ferramenta para uma aproximação às experiências de vida e, conseqüentemente, converter-se em um *modus operandi* para a psicologia na perspectiva decolonial. Indicam que o trabalho a partir das narrativas de vida dos próprios sujeitos, abre possibilidades "para o porquê que os sujeitos são o que eles são. Não para que se localizem efeitos causas-consequências lineares, mas para que, à luz de uma perspectiva genealógica, considere-se a emergência desse sujeito como campo do conhecimento com base na análise das discórdias, dissensos e conflitos que o perpassam" (p. 9).

Tonial, Maheirie e Garcia (2017), a partir da ideia das "Epistemologias do Sul" de Boaventura de Souza Santos, da proposta da "interculturalidade" de Catherine Walsh e do "pensamento fronteiro" e do "paradigma outro", como propostos por Walter Mignolo, consideraram que

pensar em descolonização pressupõe evidenciar as assimetrias de poder presentes na sociedade. Além de pensar no diálogo com saberes

fronteiriços, epistemologias do sul ou na interculturalidade, sem evidenciar as relações de poder, com muita facilidade a descolonização pode ser cooptada e instrumentalizada pelo poder hegemônico colonial e a cultura dominante (p. 24).

Dada a possibilidade de invenção de uma outra clínica, Silva (2019, p. 32) aponta "elementos para uma micropolítica decolonial em psicologia", que partem da variedade de modos desejanter e investem na criação de condições para uma outra subjetivação. Clínica que, para Carvalhaes (2019, p. 12) "tenta, insistentemente, não reproduzir performances racistas e arrogantes... clínica que nos interpela a abandonar, ainda que provisoriamente, teorias e metodologias coloniais e nos exige vivenciar algo que se desenha para além dos muros de uma ciência conservadora".

Esses autores, contra-hegemonicamente, produzem conhecimento em psicologia de forma atenta às questões contemporâneas e seus mecanismos de gestão da vida, pois, conforme nos lembra Veiga (2019, p. 244): "o sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, entendemos que uma psicologia decolonial envolve lutas para desvelar os mecanismos que operam de forma insidiosa e hierarquizante entre as diferentes culturas que atualizam a colonialidade do poder (Quijano, 2005) e o controle político dos corpos e da linguagem (Fanon, 1952/2008), permitindo que os diferentes sujeitos possam representar a si próprios (Spivak, 2010), expandindo a visibilidade e o protagonismo de vozes excluídas. Precisamos de uma psicologia que entenda da colonialidade que incide sobre os povos latino-americanos e se proponha a romper com o racismo epistêmico que suprime o outro e seus saberes. O movimento de descolonização visa resgatar o ser, o viver e o saber negados ou apagados pelos processos de inferiorização, subalternização e desumanização. Descolonizar a psicologia implica romper também com um modo de se fazer ciência atrelado ao modelo colonizador que marca as principais correntes teóricas e as práticas profissionais. Precisamos assim de uma ética de relação na qual as vozes silenciadas tenham lugar e possam ser protagonistas de suas histórias, sujeitos e não apenas objetos caricatos moldados pelos discursos coloniais.

Por meio desta pesquisa foi possível dialogar com as propostas teóricas e práticas de psicólogas/os que se ancoram nos estudos pós-coloniais e decoloniais. Esses trabalhos não possuem uma matriz teórica única, apresentam conexões com diversas correntes teórico-filosóficas, mas concordam no reconhecimento da necessidade de produzir modelos teóricos que deem centralidade às realidades locais. Buscam construir novos conceitos e estratégias metodológicas de complexidade e de interdisciplinaridade, que atendam à nova conjuntura sociocultural, posicionando-se de forma crítica na agenda das lutas emancipatórias e antiopressivas, descolonizando suas teorias e práticas.

Essa reinvenção da psicologia, no entanto, não se deu apenas nessa última década, mas começa a ser feita pela psicologia social crítica latino-americana ainda na década de 1980, momento em que se voltam para as dimensões singular, territorial e histórica da subjetividade latino-americana, servindo como chave analítica para interrogar o passado, interpretar o presente e visualizar uma perspectiva de futuro possível. Algo que une essas perspectivas críticas e as abordagens decoloniais em psicologia são as posturas ético-políticas.

Porém, concordamos com Pavón-Cuéllar (2018) quando diz que não é somente no campo da psicologia que temos de nos libertar, pois a situação racista colonial não é algo só acadêmico ou psíquico. A superioridade europeia, a dominação histórica do colono e a ação exploradora são o que (re)produz a inferiorização do Sul Global e tais fatos são atualizados cotidianamente. Assim, é somente através da transformação do mundo, das relações, que podemos operar revoluções também na psicologia. "Em função disso, não se pensa apenas uma troca do colonial pelo decolonial, mas, sobretudo, no movimento contínuo e dinâmico de reposicionar-se, garantindo assim a multiplicidade (e heterogeneidade) das práticas que proliferam na cena contemporânea" (Alcântara, 2018, p. 1).

Os povos que ocupam os lugares não hegemônicos, periféricos, em revelia, têm se movimentado e buscado reinventar a si próprios. Seus corpos carregam as dores e as contradições das marcas culturais que forjam experiências que foram desqualificadas, mas também reúnem a possibilidade de enfrentamento. Percebemos esse ato constante de movimentação como uma postura ético-política de luta, de insurgência, de reivindicação contra um discurso hegemônico que torna estático um modo de produção da vida social visando a reprodução de um *status quo* moderno-colonial. Desse modo, consideramos que o movimento decolonial traz novos e importantes

tensionamentos para pensar grupos sociais e territórios que outrora foram esquecidos pelos saberes psi. Permite visualizar outras formas de pensar, fazer e viver e um novo processo civilizatório.

Neste caminho, concordamos com Gonçalves (2019), ao propor a ideia de um pensamento indisciplinado como um aspecto importante para a construção de uma psicologia descolonizada, em que é necessária a aproximação com outras formas de conhecimento: "uma psicologia indisciplinada é operária, artesã, camponesa, sabe das plantas, das estrelas, das máquinas e dos números, das comidas e da festa" (p. 52). Assim, é urgente mergulhar no cotidiano dos territórios e povos periféricos, de modo a seguir refletindo sobre as relações e saberes coloniais na produção de conhecimentos e práticas em psicologia, sobretudo, no contexto brasileiro, de modo avançar na construção de processos emancipatórios e de descolonização da psicologia.

REFERÊNCIAS

- Alcântara, C. N. (2018, Out. 23). O decolonial na pesquisa em artes no Brasil. *SciELO em Perspectiva: Humanas*. Recuperado de: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/10/23/o-decolonial-na-pesquisa-em-artes-no-brasil/>
- Alvaran, C. J., & Gomez, P. B. (2012). Trapiche, minga y resistencia: Una experiencia de socialización política. *Eleuthera*, 7(2), 167-192.
- Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento pós-colonial à psicologia política. *Psicologia Política*, 15(34), 647-661.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Benício, L. F. S., Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Costa, A. F. (2018). Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(esp. 2), 192-207. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- Carbonieri, D. (2016). Pós-colonialidade e decolonialidade: Rumos e trânsitos. *Revista Labirinto*, 24(1), 280-300.
- Caro, L. M., & Varas, P. R. (2015). Principios orientadores en la intervención psicosocial y comunitaria centrada en infancia, interculturalidad y Buen Vivir. *Polis: Revista Latinoamericana*, 14(40), 1-14. <https://doi.org/10.4067/S0718-65682015000100007>
- Carvalhoes, F. F. (2019). Clínica extramuros: Decolonizando a psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 19(216), 3-13.
- Castro, R. D. & Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: Contribuições para a psicologia comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), 1-18.

- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (Originalmente publicada em 1952).
- Gamboa, A. F. (2016). Fronteras simbólicas entre expertos y víctimas de la guerra en Colombia. *Antipoda: Revista de Antropología y Arqueología*, 24(1), 35-53. <https://doi.org/10.7440/antipoda24.2016.03>
- Gómez, P. B. (2015). Subjetividades colectivas y prácticas de paz en contextos de guerra: Una perspectiva desde la psicología política decolonial. *Prospectiva: Revista de Trabajo Social e Intervención Social*, (20), 71-90. <https://doi.org/10.25100/prts.v0i20.934>
- Gonçalves, B. S. (2016). A dupla consciência latino-americana: Contribuições para uma psicologia descolonizada. *Revista Psicologia Política*, 16(37), 397-413.
- Gonçalves, B. S. (2019). *Nos caminhos da dupla consciência: América Latina, psicologia e descolonização*. São Paulo: o autor.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>
- Lages, S. R. C. (2013). Metodologia de pesquisa em psicossociologia: Estudos sobre o campo religioso afro-brasileiro a partir dos estudos pós-coloniais. *Psicologia para América Latina*, (24), 83-96.
- Lander, E. (2005). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO.
- Lavor Filho, T. L., Barbosa, V. N. M., Almeida Segundo, D. S., Moura Junior, J. F., Jannuzzi, P. M., & Lima, R. S. (2018). Análises interseccionais a partir da raça e da classe: Medo do crime e autoritarismo no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(esp. 2), 223-237. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212376>
- Lucena Filho, E. L., & Silva, I. L. (2018). Processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade. *Revista Psicologia & Saberes*, 7(9), 107-117. <https://doi.org/10.3333/ps.v7i9.857>
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 71-114. <https://doi.org/10.4000/rccs.695>
- Mancilla, M. R., & Opazo, G. G. (2014). Cartografía epistémica: Hacia una psicología relacional y situada. *Sophia: Colección de Filosofía de la Educación*, 1(16), 48-70.
- Martínez, H. C. P. (2017). De la relación entre la psicología y el trabajo a la luz de sus dimensiones coloniales. *Estudios de Psicología (Campinas)*, 34(1), 5-14. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100002>

- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>
- Menezes, A. L. T., & Silveira, V. F. (2016). Práticas locais em clínica e educação: Compromissos com a atual América. *Educação*, 39(2), 271-280. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.2.22918>
- Menezes, J. A., Lins, S. S., & Sampaio, J. V. (2019). Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-9. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31n191231>
- Miglievich-Ribeiro, A., & Prazeres, L. L. G. (2015). A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): Algumas leituras. *Temáticas*, 23(45-46), 25-52. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v23i45/46.11100>
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32.
- Montenegro, M., Pujol, J., & Vargas-Monroy, L. (2015). Miradas, formas de hacer y relaciones en la constitución de una investigación crítica. *Universitas Psychologica*, 14(5), 1833-1851.
- Mountian, I. (2017). Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: Interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. *Revista Psicologia Política*, 17(40), 454-469.
- Costa, A. G., Neto (2016). A denúncia de Cesáire ao pensamento decolonial. *Revista Eixo*, 5(2), 46-54. <https://doi.org/10.19123/eixo.v5i2.310>
- Orellano, C. M., & González, S. G. (2015). Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. *Perspectivas en Psicología*, 12(2), 1-8.
- Parra-Valencia, L., & Galindo, D. (2019). Colonialidad y psicología: El desarraigo de la sabiduría. *Revista Polis e Psique*, 9(1), 186-197.
- Pavón-Cuéllar, D. (2018). Más allá de la crítica teórica de la psicología: Prácticas políticas anticapitalistas en la confluencia del marxismo con el psicoanálisis. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 11, 61-91.
- Pérez, L. T., Valderrama, C. G., & Alvarez, C. (2017). Las producciones narrativas como metodología de investigación feminista en psicología social crítica: Tensiones y desafíos. *Psicoperspectivas*, 16(2), 20-32. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue2-fulltext-956>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. (pp. 107-130). Buenos Aires: CLACSO.
- Revollo, C. (2018). Deconstruyendo la categoría de mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia. *Revista Eleuthera*, 19, 77-94. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.5>
- Schmidt, M. L. S. (2015). Aconselhamento psicológico como área de fronteira. *Psicologia USP*, 26(3), 407-413. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140033>
- Silva, C. V. P. (2013). Psicologia latino-americana: Desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(esp.), 32-41.

- Silva, F. H. M. (2019). Ocupar a clínica com o desejo: ampliações, implicações e imaginações possíveis. *Revista Espaço Acadêmico*, 19(216), 29-37.
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Tonial, F.A. L., Maheirie, K., Garcia, C.A. S., Jr. (2017). A resistência à colonialidade: Definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP*, 16(1), 18-25.
- Valdenegro, B. (2015). Delincuencia, infancia y alteridad: Una propuesta de inteligibilidad. *Universitas Psychologica*, 14(4), 1473-1484. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.up14-4.diap>
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(esp.), 244-248. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

NOTAS

¹ Este trabalho contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com recursos do edital Universal 401329/2016-0 e na modalidade de bolsa de Produtividade em Pesquisa e de Iniciação Científica.